



COMARCA DE RIO GRANDE 2ª VARA CÍVEL Rua Silva Paes. 249

Processo n°: 023/1.05.0000144-5 (CNJ:.0001441-15.2005.8.21.0023)

Natureza: Falência

Autor: Pincéis Atlas S.A.

Laurence Medeiros

Réu: Luciane Fonseca Pereira Ltda

Juiz Prolator: Juíza de Direito - Dra. Fabiana Gaier Baldino

Data: 19/03/2019

Vistos.

PINCÉIS ATLAS S.A. ajuizou a presente ação de falência em face de LUCIANE FONSECA PEREIRA LTDA, objetivando provimento jurisdicional que declare a falência da sociedade empresária.

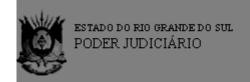
Aduziu que é credora da quantia de R\$ 3.973,68 (três mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos). Referiu que apesar de os títulos estarem formalmente perfeitos a devedora não efetuou o adimplemento, mesmo após o protesto. Mencionou que resta evidente o estado de insolvência da empresa ré. Ofertou os documentos das fls. 06/25.

Às fls. 72/75, foi decretada a falência da empresa ré.

O Síndico postulou a expedição de ofícios e a publicação de avisos (fls. 106/107), o que restou deferido (fl. 109).

Às fls. 124/125, o Síndico requereu fossem expedidos ofícios à Receita Federal, Detran e Registro de Imóveis.

O Ministério Público interpôs embargos de declaração (fls. 127/130), postulando a adequação ao rito da Lei nº 11.101/05, sendo parcialmente acolhidos (fls.





131/132).

Intimada (fl. 152, verso), a falida prestou informações à fl. 154.

Foi publicado edital do quadro geral de credores (fl. 157).

Às fls. 166/167, o Administrador Judicial postulou a expedição de ofícios.

Restaram acostadas as consultas realizadas nos sites da Receita Federal e Detran (fls. 170/171) e determinou-se a expedição de ofício ao Registro de Imóveis (fl. 169), o qual foi respondido à fl. 177.

O Administrador Judicial postulou a expedição de ofícios aos órgãos de energia elétrica, telefonia, água e Tribunal Eleitoral (fl. 216), o que restou deferido (fls. 217/221).

Foram acostadas as respostas aos ofícios (fls. 228, 230, 233 e 248).

O Administrador Judicial postulou a aplicação do rito da falência negativa (fls. 251 e 255), sendo que o ente ministerial concordou com o pedido (fl. 258).

Determinou-se a intimação do Síndico para providenciar a publicação do edital de intimação dos eventuais interessados (fl. 259).

Os eventuais interessados foram intimados (fl. 262).

O Administrador Judicial apresentou relatório de encerramento (fls. 266/271).

O Ministério Público opinou pelo encerramento da falência (fls. 274/277).

Vieram os autos conclusos para sentença.



É o relatório.

DECIDO.

Primeiramente, cumpre destacar que o procedimento falimentar teve início em 05 de janeiro de 2005, ainda com fundamento no Decreto-Lei nº 7.661/45, sendo decretada a falência em 06 de outubro de 2005, quando já vigente a Lei nº 11.101/2005 (fls. 72/75).

Assim, deve ser aplicado ao caso em tela a Lei nº 11.101/2005, haja vista o que estabelece o artigo 192, §4º, do mesmo dispositivo legal.

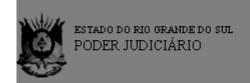
No mesmo sentido, colaciono jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA. RECURSO COM PARTE DAS RAZÕES DISSOCIADAS DO CONTEÚDO DA DECISÃO RECORRIDA. CONHECIMENTO EM PARTE. DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA NA VIGÊNCIA DA LEI. 11.101/05. *APLICAÇÃO* DA*LEI* 11.101/05 À ESPÉCIE. POSSIBILIDADE DA EXTENSÃO DOS EFEITOS DA FALÊNCIA AOS AGRAVANTES, NO CASO CONCRETO. FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO. CONFUSÃO PATRIMONIAL. **SUCESSÃO** EMPRESARIAL. TESE DOS AGRAVANTES QUE NÃO RECHAÇA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. (...) 2. De acordo com o que preconiza o artigo 192, §4º, da Lei 11.101/05, como a decretação da falência da BINO SUPERMERCADOS LTDA e a extensão dos seus efeitos para as ora agravantes ocorreram em data posterior à vigência da Lei nº 11.101/2005, aplica-se a Lei em questão à espécie e à extensão dos efeitos da falência. 3(...) AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO EM PARTE, NA PARTE CONHECIDA. (Agravo de Instrumento Nº 70076646769, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Julgado em 29/08/2018).

Nessa esteira, o artigo 156 da nº 11.101/2005 estabelece que:

Art. 156. Apresentado o relatório final, o juiz encerrará a falência por sentença.

Parágrafo único. A sentença de encerramento será publicada por edital





e dela caberá apelação.

No caso em tela, verifico ser, efetivamente, cabível o encerramento do processo falimentar, haja vista a ausência de ativos para fazer frente às dívidas.

Desse modo, conforme o relatório de encerramento elaborado pelo síndico às fls. 266/271, constatou-se que, ao longo do feito, não foram arrecadados quaisquer imóveis em nome da massa. Nessa esteira, ele destacou que, em que pese tenha sido verificado o registro de um veículo em nome da falida, não foi possível localizá-lo (fl. 170).

Ademais, publicado o edital, nada foi requerido por eventual interessado, reforçando, assim, a necessidade de encerramento da falência, considerando a inexistência de bens liquidáveis.

Finalmente, acolho o parecer ministerial, uma vez que entendo não ser o caso de determinar qualquer providência de natureza criminal.

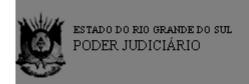
Diante do exposto, declaro encerrada a falência de LUCIANE FONSECA PEREIRA LTDA, na forma do artigo 156 da Lei nº 11.101/2005 subsistindo as responsabilidades da falida pelo prazo de 5 anos, nos termos do inciso III do artigo 158 do mesmo diploma legal.

Condeno a massa falida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como ao pagamento dos honorários ao Síndico, os quais fixo em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Publique-se o edital de que trata o parágrafo único do artigo 156 da Lei nº 11.101/2005.

Após, com o trânsito em julgado, arquive-se, com baixa.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.





Rio Grande, 19 de março de 2019.

Fabiana Gaier Baldino, Juíza de Direito